

A FÁBRICA DE TECIDOS DE CAMARAGIBE E SUA ORGANIZAÇÃO CRISTÃ DO TRABALHO (1891-1908)¹

[The Camaragibe's factory of fabrics and your christian's organization of labour]

Sylvana Maria Brandao de Aguiar e Lúcio Renato Mota Lima *

RESUMO: O objetivo deste artigo é a investigação do plano industrial implantado na Fábrica de Tecidos de Camaragibe, a partir da perspectiva de uma organização cristã do trabalho. Fundamentado nos princípios enunciados pela Igreja Católica na Encíclica *Rerum Novarum*, do papa Leão XIII, esse modelo de gestão industrial tinha o duplo objetivo de dirimir os conflitos entre patrões e operários da fábrica, por meio da concessão de benefícios materiais e espirituais aos operários e, ao mesmo tempo, torná-los mais eficientes, dóceis e moralizados através da imposição de um regime disciplinar-religioso. A coordenação desse plano moral e produtivo coube à Corporação Operária de Camaragibe, associação mista que devia representar, mutuamente, os interesses classistas de patrões e operários, proporcionando encaminhamentos pacíficos para suas reivindicações. Procurou-se reconstituir a montagem e funcionamento daquele projeto de cristianização dos operários como forma de analisar os limites e as possibilidades de uma participação efetiva dos operários e/ou de seus representantes no processo decisório de uma associação mista, no contexto da Primeira República no Brasil.

Palavras-chave: plano industrial; disciplina; cristianização; corporação operária.

ABSTRACT: The aim of this paper is the investigation of the industrial policy implemented in the Camaragibe Textile Factory, from the perspective of a Christian organization of work. Grounded in the principles set out by the Catholic Church in the encyclical *Rerum Novarum* of Pope Leo XIII, this model of industrial management had the dual purpose of settling disputes between employers and workers of the factory, through the provision of material and spiritual benefits to the workers, and at the same time, making them more efficient, docile and moralized through the imposition of a religious disciplinary regime. The coordination of this moral productive plan fitted to the Camaragibe Workers' corporation, a mixed association which should represent the class-based interests from both employers and workers, providing peaceful referrals to their demands. We tried to reconstruct the assembly and operation of that workers Christianization project as a way to analyze the limits and possibilities for an effective participation of the workers and / or their representatives in decision-making process of a mixed association in the context of the First Republic in Brazil.

Keywords: Industrial Plan; Discipline; Christianization; Workers' corporation.

¹ Artigo produzido a partir de dissertação defendida no Programa de Pós-graduação em História pela Universidade Federal de Pernambuco em 2012.

*Sylvana Brandão é Doutora em História. Professora do Departamento de Antropologia e Museologia da UFPE; Professora do Programa de Pós-graduação em História da UFPE. Vice-coordenadora e Coordenadora Científica do Mestrado em Gestão Pública da UFPE; Organizadora das Coletâneas História das Religiões no Brasil e Gestão Pública: Práticas e Desafios. Editora Geral do Periódico Gestão Pública: Práticas e Desafios. Vários livros e artigos publicados. Conferências nacionais e internacionais. Lúcio Renato é Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor da Rede Estadual de Pernambuco. Vários artigos publicados.

Introdução

Este artigo tem como foco a reconstituição da montagem e do funcionamento da organização cristã do trabalho, que consistiu em um plano de gestão industrial aplicado em Pernambuco, pioneiramente na Fábrica de Tecidos de Camaragibe, na última década do século XIX e primeira metade do século XX. Tratava-se de um projeto de natureza disciplinar-religiosa que objetivava melhorar as condições de vida e trabalho dos operários por meio da concessão de benefícios materiais e espirituais e, concomitantemente, transformá-los em trabalhadores mais eficientes, dóceis e moralizados através de sua cristianização.

A organização cristã do trabalho estava fundamentada na Encíclica *Rerum Novarum*², documento que iniciou a fase de intensificação da Doutrina Social da Igreja³, cujo objetivo era fornecer uma solução religiosa para a “temível questão operária”.⁴ A adoção desse plano moral na fábrica têxtil de Camaragibe deveu-se, em grande parte, à iniciativa do seu primeiro gerente, Carlos Alberto de Menezes.

O artigo tem duplo objetivo: primeiro, o de descrever a gênese de sua implantação na Fábrica de Camaragibe, discutindo, também, sua inserção no contexto de uma grande fábrica brasileira, nos primeiros anos da República; segundo, o de investigar sua estrutura e funcionamento, sobretudo em relação à convivência entre patrões e operários na Corporação Operária de Camaragibe. Considera-se a análise dessa associação uma importante contribuição historiográfica, pois ela proporciona o resgate da participação operária naquela significativa experiência histórica, uma vez que se identifica, na historiografia disponível sobre a fábrica de Camaragibe, uma abordagem eminentemente centrada no ponto de vista patronal.⁵

Metodologicamente, a pesquisa realizada insere-se no campo da História Social e está fundamentada em sistemática investigação documental, possuindo um caráter descritivo, analítico, exploratório, bibliográfico e qualitativo. A análise sobre as fontes

² LEÃO XIII. *Rerum Novarum*. Carta Encíclica sobre a condição dos operários. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

³ De acordo com Silva a Doutrina Social da Igreja “é um conjunto doutrinal, progressivamente constituído”. SILVA, Severino Vicente da. **Entre o Tibre e o Capibaribe**: os limites da Igreja progressista na Arquidiocese de Olinda e Recife. Recife: Editora da UFPE, 2006.

⁴ LEÃO XIII, 2002. *Op. Cit.*, p. 58.

⁵ Ver, por exemplo: COLLIER, Eduardo. **Carlos Alberto de Menezes**: pioneirismo sindical e cristianismo. Recife: Digital Graph ed., 1996. Perspectiva semelhante se encontra em AZEVEDO,

foi orientada teoricamente pelo estudo dos regimes disciplinares, presente nas obras de Michel Foucault⁶, o que contribuiu para a compreensão dos mecanismos de controle social dos trabalhadores, tanto dentro quanto fora do ambiente de trabalho, e pelo paradigma da “economia das trocas simbólicas”, de Pierre Bourdieu⁷, por meio do qual se discute a religião sob a perspectiva de um “sistema simbólico”, cujas apropriação e reelaboração, pelos agentes sociais, não são homogêneas, variando conforme o posicionamento social a partir do qual atuam.

Reconstituição da montagem da organização cristã do trabalho em Camaragibe

A Companhia Industrial Pernambucana foi fundada no ano de 1891, por um grupo de comerciantes abastados do Recife. O novo empreendimento industrial estava, inicialmente, composto pela *Usina João Alfredo*, localizada no município de Goiana, na mata norte pernambucana. Os senhores Adolfo Pereira da Cunha e Antônio Muniz Machado, sócios majoritários da CIPER, convidaram seu amigo, Carlos Alberto de Menezes, que ocupava, na época, a direção da Companhia Ferro Carril do Recife⁸, para assumir a gerência da Usina. A proposta, porém, foi recusada devido à preocupação de Menezes com a sua saúde e a da sua família, pois a Usina se localizava em uma zona palustre⁹. No entanto, Menezes sugeriu, em contrapartida, a ideia da fundação de uma fábrica têxtil, baseando sua argumentação na conjuntura da nação, então favorável àquele ramo industrial. Aceita a proposta, Menezes foi designado seu primeiro gerente e responsável por comandar as obras de construção da fábrica, em uma área pertencente à CIPER, no município de São Lourenço da Mata.¹⁰

As duas fábricas da Companhia deviam explorar as potencialidades industriais

Ferdinand. **Ação social católica no Brasil**: corporativismo e sindicalismo. São Paulo: Loyola, 1996.

⁶ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

⁷ BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

⁸ A Companhia Ferro Carril de Pernambuco era a responsável pelo sistema de comunicações urbanas do Recife através da circulação dos bondes. Criada em 1870, com o nome de Pernambuco Street Railway, com sede em Nova York, problemas econômicos e administrativos levaram à sua reorganização e transferência de sede; primeiramente, para o Rio de Janeiro e, finalmente, no final do século, para o Recife. COLLIER, 1996. *Op. Cit.*

⁹ COLLIER, 1996. *Op. Cit.*. De acordo com Collier, Menezes já havia contraído impaludismo no Rio de Janeiro.

¹⁰ A fábrica de tecidos foi erguida em terras de propriedade da Companhia Industrial Pernambucana antes pertencente ao patrimônio do Engenho Camaragibe, que esteve sob a jurisdição do município de São Lourenço da Mata até o ano de 1982, quando Camaragibe obteve sua emancipação política.

das mais tradicionais lavouras da economia pernambucana: a cana-de-açúcar e o algodão, que, na segunda metade do século XIX, passavam por significativas transformações técnicas e comerciais.¹¹ Em relação à economia algodoeira, a mudança mais substancial ocorreu em sua esfera comercial. De acordo com a historiadora Maria Alice Rosa Ribeiro, “a abundância de matéria-prima (algodão), a facilidade de recrutamento de força de trabalho especializada e de importação do maquinismo, a melhoria dos transportes, a disponibilidade de mão de obra e a presença de um crescente mercado consumidor”,¹² favoreceram o desenvolvimento das indústrias têxteis no Brasil do século XIX, setor que constituiu o carro-chefe da modernidade industrial brasileira.¹³ Vale também salientar que ocorria, naquele momento, uma disponibilidade de técnicos especializados no mercado industrial. Essas vantagens foram apresentadas pelos diretores da CIPER em seu primeiro relatório aos acionistas.¹⁴

No mesmo Relatório, os diretores informavam sobre o andamento das obras de construção da fábrica de tecidos, destacando que estavam de acordo com os mais elevados padrões de higiene e salubridade recomendados para a época:

Como já tivemos ocasião de dizer, estamos convencidos de que o nosso projeto foi feito com todo o cuidado e competência. Com efeito, a todas as questões mais importantes nos parece ter dado uma atenção correspondente... as de higiene, dando ao edifício grande número de aberturas, não só para garantir a salubridade do pessoal, como se poder exigir dele o máximo de trabalho, em um clima que enlanguece e abate quando se trabalha dentro de paredes fechadas; a de elevação do pé direito, a quase o dobro do que se usa na Europa para o mesmo fim; as de *ordem e higiene moral*, dispondo as diversas seções de forma a poder o pessoal mover-se de umas sem atravessar as outras e não deixar em *perigosa promiscuidade os dois sexos*, o que constitui em toda a parte tão copiosa fonte de imoralidades e desordens.¹⁵

A preocupação manifestada com o planejamento arquitetônico do edifício da fábrica, tanto em relação às condições físicas de higiene e salubridade quanto com as de “*ordem e higiene moral*”, remetem ao emprego disciplinador da arquitetura,

¹¹ EISENBERG, Peter. **Modernização sem mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

¹² RIBEIRO, Maria Alice Rosa. **Condições de trabalho na indústria têxtil paulista (1870 - 1930)**. São Paulo: Hucitec; Campinas: Editora da Unicamp, 1988. p. 27.

¹³ GIROLETTI, Domingos. **Fábrica, convento e disciplina**. Brasília: UnB, 2002.

¹⁴ **Companhia Industrial Pernambucana – 1º Relatório**, 1892, p. 11. Acervo da Fundação Joaquim Nabuco: Coleção Carlos Alberto de Menezes, Série Produção intelectual, Pasta 10. Grifos dos autores.

identificado, por Foucault, ao longo do século XIX.¹⁶ No entanto, é importante destacar que as preocupações com as condições de higiene e salubridade físicas e morais não se restringiram ao edifício da fábrica, pois o relatório informava sobre o início da construção das primeiras vinte casas destinadas aos operários, salientando seu ajustamento aos padrões sanitários aceitos:

Assim estamos preparando para os operários habitações cômodas, higiênicas e confortáveis: isoladas, com terreno bastante que lhes permita o gozo de todas as vantagens que não podem oferecer casas apertadas umas as outras, nesse estilo tão conhecido dos *cortiços*, que são verdadeiros sepulcros de gente viva.¹⁷

Vale lembrar que, naquela mesma conjuntura, uma verdadeira “campanha de guerra” foi lançada contra a presença dos cortiços na Capital Federal. De acordo com Chalhoub, aquele tipo de habitação coletiva era condenado pelas autoridades, tanto pelo perigo que podia representar na propagação de doenças epidêmicas, como a varíola, a febre amarela e a tuberculose, quanto por serem consideradas ambientes propícios para a formação de indivíduos moralmente degenerados.¹⁸

O plano de construção da vila operária da fábrica de Camaragibe visava a contemplar uma população estimada em cerca de 1400 pessoas, entre operários e familiares. As casas, construídas de maneira isolada, em grupos de duas e de quatro, eram dotadas de um terreno para a organização de jardins e outros usos domésticos, como a criação de animais. Além disso, é importante destacar que havia um plano para que seus moradores contassem com abastecimento regular de água, por meio de derivações do encanamento que atendia à fábrica, que, por sua vez, se servia das águas dos açudes dos rios Una e Camaragibe. Quanto ao aluguel que seria cobrado aos operários, ele constituiria uma fonte a mais na arrecadação de recursos para a fábrica. A construção de vilas operárias era uma prática largamente difundida nas fábricas da Europa; no Brasil, entretanto, estava apenas começando.¹⁹ Alguns anos depois, uma

¹⁵ Companhia Industrial Pernambucana – 1º Relatório. *Op. Cit.* p. 11.

¹⁶ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 2008.

¹⁷ Companhia Industrial Pernambucana – 1º Relatório. *Op. Cit.* p. 41. Grifo dos autores.

¹⁸ CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

¹⁹ De acordo com palestra apresentada no Primeiro Congresso de Pernambuco, realizado em 1909, em cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo já existiam regulamentos que procuravam estabelecer normas para suas construções de acordo com os padrões de higiene; todavia, salientava-se que, em Pernambuco,

comissão do Congresso Médico de Pernambuco visitou a Vila Operária e registrou um total de 147 casas para os operários, atendendo a uma população de cerca de 1500 pessoas. Essa comissão deu um parecer favorável às condições de salubridade e higiene vigentes na vila operária:

A vila operária foi construída a pequena distância da fábrica e 13 metros acima do nível da esplanada da mesma. O local elevado, em ótimas condições higiênicas, bem ventilado e favorecendo o escoamento rápido das águas, torna a vila seca e saudável, descortinando ao mesmo tempo um belo panorama. Uma arborização regular e geral muito tem concorrido para embelezamento e salubridade da mesma vila”.²⁰

O maquinismo, os técnicos e até mesmo boa parte do material de construção da fábrica foram importados da Europa, principalmente da Inglaterra. No ano anterior, Menezes havia viajado à Europa, onde contratou firmas inglesas como a Platt Brothers & Cia, empresa especializada na fabricação de máquinas para a indústria têxtil. Mas não eram apenas tecnologia e técnicos especializados que os diretores da CIPER pretendiam importar da Europa, como fica evidente no artigo VII dos Estatutos da CIPER, de 1891:

Introduzir em suas fábricas, *operários estrangeiros escrupulosamente escolhidos na Europa, com todas as condições de aptidão e moralidade*, aos quais fará todas as vantagens, desde a instalação em habitações cômodas e higiênicas, até a organização de escolas, hospitais, instituições de economia, beneficência e auxílio mútuo, divertimentos, etc; capazes de compensar o esforço e dedicação que deles exigirá, *sem exclusão dos trabalhadores nacionais*.²¹

A preferência pelos *operários estrangeiros, escrupulosamente escolhidos na Europa*, estava em consonância com a mentalidade, predominantemente racista, da elite brasileira da segunda metade do século XIX, baseada em teorias científicas que defendiam a superioridade do trabalhador europeu sobre o trabalhador brasileiro, embora tais concepções já estivessem em decadência na Europa.²² Contudo, de acordo

não havia nenhuma legislação especial, com exceção de algumas posturas do município do Recife. CHERMONT, Olympio Leite. Conferência “Casas para Proletários. In: **Anais do Congresso Médico de Pernambuco**, 1909, p. 585.

²⁰ CHERMONT, Olympio Leite. Conferência “Casas para proletários”. In: **Anais do Congresso Médico de Pernambuco**, 1909. p. 578-579.

²¹ **Estatutos da Companhia Industrial Pernambucana**, 1891, p. 4. Acervo Fundação Joaquim Nabuco: Coleção Fábrica de Camaragibe, Série Produção Intelectual, Pasta 13. Grifos dos autores.

²² SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

com Evaldo Cabral de Mello, todas as tentativas feitas no sentido de estimular a criação de um fluxo imigratório europeu contínuo para o Norte do Brasil sempre esbarraram no pouco empenho das autoridades governamentais em realizá-lo, principalmente durante o período do Império.²³ Além do mais, o próprio imigrante europeu tratou de implodir essa imagem idílica, cultivada pelas classes proprietárias brasileiras, inclusive na introdução e divulgação de ideais de transformação social, como o anarquismo e o socialismo.²⁴

Em Camaragibe, foram feitas algumas tentativas de introdução da mão de obra europeia, mas todas se mostraram desastrosas. Em seu terceiro relatório aos acionistas, datado de janeiro de 1895, com a fábrica já em funcionamento, os diretores informavam que haviam desistido da aquisição dos operários estrangeiros porque

a experiência nos tem provado, que esse pessoal não se pode ligar com o nacional, pela diferença de hábitos, por uma prevenção invencível de parte a parte, pelas grandes exigências que tem e pela desproporção de salários, odiosa e mal aceita mesmo quando a superioridade de aptidões é incontestável, quanto mais quando as aptidões se tornassem iguais, pelo desenvolvimento de habilitações dos nacionais.²⁵

Abandonada a opção pela mão de obra estrangeira, somente restou a contratação do trabalhador nacional, o que, do ponto de vista dos proprietários, tornava mais urgente a necessidade de uma capacitação técnica e moral para o êxito da fábrica. Nos relatórios posteriores, os diretores manifestavam a importância da aquisição e preservação dos operários que correspondessem à representação que faziam do trabalhador ideal, e reforçavam o compromisso da CIPER em contribuir para esta formação, por meio de uma combinação de concessão de vantagens e disciplina rigorosa, dentro e fora do trabalho. Ou seja, havia a intenção, por parte dos patrões de Camaragibe, de não apenas normatizar o comportamento dos operários da fábrica em seu ambiente de trabalho, mas também em seus momentos de *não trabalho*, principalmente pelo perigo potencial representado por uma indústria têxtil que contava com um enorme contingente feminino e infantil.²⁶ Os relatórios sugerem que as medidas de caráter moralizador adquiriram

²³ MELLO, Evaldo Cabral de. **O Norte agrário e o Império (1871-1889)**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

²⁴ RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar**. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

²⁵ **Companhia Industrial Pernambucana, 3º Relatório**, 1895, p. 36. Acervo Fundação Joaquim Nabuco: Coleção Carlos Alberto de Menezes, Série Produção Intelectual, Pasta 7.

²⁶ Para mais informações sobre a presença feminina nas fábricas de tecidos brasileiras, no final do século XIX e início do século XX, ver GIROLETTI, 2002. *Op. Cit.*

uma aplicação mais rigorosa e imediata em relação às mulheres, pois em relação aos homens, sua aplicação estava condicionada, primeiramente, às circunstâncias ditadas pelas necessidades produtivas:

Em Camaragibe já é sabido que não admitimos mulheres e meninas sem serem família e famílias legítimas, moralizadas e honestas. Quanto aos meninos tem sido impossível porque precisando de muitos para o trabalho não nos bastavam os filhos das famílias que temos admitido.²⁷

Desde o início, o projeto da Fábrica de Tecidos de Camaragibe se fundamentou em um plano industrial cuidadosamente concebido e executado por sua diretoria. Esse plano apresentou um viés duplo: como todo empreendimento econômico, tinha o objetivo de obter o máximo de lucro para seus acionistas; como empreendimento moralizador, pretendia colher os frutos de contar com os serviços de um operário física e moralmente saudável, satisfeito e obediente aos patrões, possibilitando a exploração máxima da sua produtividade. O fundamento daquele plano industrial era a religião, como informam os relatórios: “*Queremos proporcionar-lhes o alimento moral da religião, esse alimento tão poderoso de moralidade, de ordem, de economia, de dedicação e de verdadeira felicidade para os homens*”.²⁸ Tratava-se, portanto, de um projeto de cristianização dos operários.

Mais informações sobre a implantação da organização cristã do trabalho foram obtidas por meio de um breve histórico publicado no primeiro relatório da Corporação Operária.²⁹ Apresentando a Corporação Operária como resultado de uma evolução natural das associações isoladas, criadas em Camaragibe ao longo dos anos anteriores, o relatório indica que, em 15 de agosto de 1893, portanto, antes mesmo da conclusão das obras de construção da fábrica, foi criada a primeira Conferência de São Vicente de Paulo, em Camaragibe, ao redor da qual teria se constituído “o primeiro núcleo de homens formados nessa escola de união, de desinteresse, de abnegação e sacrifício, única que pode formar os operários para as boas obras”.³⁰ Tratava-se do embrião do plano moral da fábrica.

Em seguida, o relatório descreve, resumidamente, a criação das demais

²⁷ Companhia Industrial Pernambucana, 3º Relatório. *Op. Cit.*, p. 37.

²⁸ Companhia Industrial Pernambucana, 1º Relatório. *Op. Cit.*, p. 41. Grifo dos autores.

²⁹ Corporação Operária de Camaragibe. 1º Relatório. 1901. Coleção Fábrica de Camaragibe, Série Produção Intelectual, Pasta 11. Acervo Fundaj.

³⁰ *Ibidem*.

associações: em 1º de janeiro de 1895, ano do início das atividades da fábrica, surgiram duas associações: a Sociedade Cooperativa de Consumo, de caráter econômico, e as associações das Filhas de Maria e dos Santos Anjos, de caráter religioso. Ainda no mesmo ano, surgiu a escola feminina, diurna e noturna, sob o encargo da professora Felippa Regueira e, nos meses de outubro e novembro, respectivamente, surgiram o Clube Musical e o Apostolado da Oração. Em 1896, foram fundadas as associações religiosas voltadas para os rapazes e meninos, a associação de São Miguel e a de São Luiz Gonzaga. Em 1897, foram criadas as associações voltadas para as mães de família e para as pequenas, com a fundação das associações de Santana e Santa Filomena. E, finalmente, em 1899, foi criado o Clube Dramático dos Operários de Camaragibe.³¹ Vale destacar que, com exceção do Apostolado da Oração, todas as demais associações religiosas evitavam a mistura entre os sexos e as faixas etárias.

De acordo com os diretores da CIPER, a organização cristã do trabalho poderia evitar “o terrível mal do socialismo”, assinalando aos acionistas que os primeiros sinais de êxito da experiência já podiam ser reconhecidos, o que permitia vislumbrar a possibilidade de ser realizada, em breve tempo, a esperada construção do ideal de uma verdadeira família, “trabalhando para um fim comum, unida, dedicada e feliz”.³² Aos críticos que, eventualmente, pudessem considerar tais medidas apenas como meros gestos de filantropia esclareciam que “não é só um dever de humanidade, esse; é uma medida econômica porque para ter bons instrumentos de trabalho é preciso saber conservá-los”.³³

Como exemplo da viabilidade e vantagem econômica do plano moral, os diretores utilizaram o episódio da diminuição dos salários dos operários. No ano de 1897, diante de uma situação de grave crise enfrentada pela fábrica, os diretores decidiram reduzir os salários dos operários (em uma média de 14%) e aumentar os aluguéis das casas (em 20%). Apesar da dureza das medidas, de acordo com os diretores, não teria havido nenhum sinal de protesto da parte dos operários; antes, alguns *declararam a justeza das medidas*. Além disso, comemoravam a diminuição no número de faltas, principalmente nas segundas-feiras, quando costumavam ser bastante

³¹ Corporação Operária de Camaragibe. 1º Relatórios. *Op. Cit.*

³² Companhia Industrial Pernambucana. 4º Relatório. *Op. Cit.* p. 31.

³³ Companhia Industrial Pernambucana. 5º Relatório. *Op. Cit.* p. 24.

elevadas, pois ela já seria um efeito direto da diminuição das dissipações que antes caracterizavam os domingos.³⁴

Segundo os diretores, por causa das conquistas obtidas junto aos operários, outros industriais já demonstravam interesse pela organização moral cristã, o que, segundo eles, estimulava o desejo patriótico de que tal experiência, posto que bem sucedida, fosse mais conhecida por causa dos inegáveis benefícios que poderia proporcionar. Essa divulgação do “modelo de Camaragibe” foi levada a efeito, principalmente nas Obras dos Congressos Católicos, em que Menezes teve destacada atuação.

É importante frisar que a discussão sobre as características da organização do trabalho, na Fábrica de Camaragibe, permite identificar a propagação do projeto cristianizador dos operários em outras fábricas, em Pernambuco e no Brasil. Encontrase, no livro do historiador José Sérgio Lopes, sobre a Fábrica de Tecidos de Paulista, uma tentativa de estabelecer um padrão geral com relação ao modelo das “fábricas com vila operária”.³⁵ Segundo Lopes, o “sistema Paulista” seria uma variante do padrão geral da fábrica com vila operária, assim como o “modelo de Camaragibe”, por ele utilizado apenas de passagem, como ilustração comparativa:

Em 1980, tivemos acesso a um arquivo privado, de família, de Carlos Alberto de Menezes e Pierre Collier, referente à fábrica têxtil de Camaragibe, fundada, como a de Paulista, na última década do século passado. O material deste arquivo, que concentra-se principalmente no período até os anos 20 deste século, de grande riqueza para o desvendamento, do ponto de vista empresarial, da formação das fábricas com vila operária, e para o estudo dos ‘católicos sociais’ no Brasil do início do século.³⁶

As observações de Lopes evidenciam as *pretensões à hegemonia entre os industriais* adeptos do “modelo de Camaragibe”. Com o objetivo de viabilizar sua propagação, os líderes do movimento em Pernambuco, com destaque para Carlos Alberto de Menezes, lançaram, como resolução do Congresso Católico de Pernambuco, a organização de um centro de coordenação das suas associações: a Federação do

³⁴ Companhia Industrial Pernambucana, 6º Relatório, 1897. Acervo Fundaj: Coleção Carlos Alberto de Menezes, Série Produção Intelectual, Pasta 08.

³⁵ LOPES, José Sérgio Leite. **A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés**. Brasília: Marco Zero Editora, 1988.

³⁶ LOPES, 1988. *Op. Cit.* p. 27.

Trabalho Cristão. Essa organização chegou a reunir 6.000 operários, distribuídos pelos estados do Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

Contudo, não o fez sem oposição, principalmente do jornal *Aurora Social*, periódico mantido pelo *Centro Protetor dos Operários*, fundado em 1901, e que tinha como redator-chefe o líder operário João Ezequiel, naquela época bastante conhecido nos meios sindicais de Pernambuco e Alagoas.³⁷ O Centro Protetor dos Operários estava engajado na propagação do socialismo entre os operários, embora refletisse o hibridismo ideológico comum à circulação das ideias no Brasil. Em suas páginas, a *Aurora Social* lançou duras críticas e graves acusações contra o “modelo de Camaragibe”, como a suposta cobrança de 20% a mais nos barracões de Paulista e Camaragibe, o pagamento de multas pelos motivos mais diversos, o recolhimento de uma taxa para a Liga contra o Protestantismo, o pagamento de taxas para festas dos patrões, dos visitantes, dos bispos e demais eventos religiosos, e até o espancamento de operários.³⁸

O Apostolado dos Patrões e a confluência de dois projetos de disciplinamento social

Como afirmado acima, o principal idealizador do projeto de cristianização dos operários foi o gerente, Carlos Alberto de Menezes. Nascido na Província do Rio de Janeiro, em 15 de outubro de 1855, era o segundo filho do engenheiro e funcionário público Camilo Maria de Menezes e da dona de casa Maria Gertrudes de Figueiredo. Em sua carreira, o pai de Menezes ocupou diversos cargos, tendo sido o mais importante o de Inspetor Geral das Obras Públicas, do Distrito Federal. Na infância, Menezes estudou no tradicional Colégio Pedro II, do qual saiu, em 1872, com o título de bacharel em Letras. Já no curso universitário, ingressou na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, onde permaneceu entre os anos de 1874 e 1878.³⁹

As principais biografias disponíveis sobre o empresário cristão valorizam a importância da espiritualidade vicentina na formação da sua personalidade. De acordo

³⁷ MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. “**Apóstolos do socialismo**: a religião no discurso socialista em Maceió no início do século XX”. Disponível em <<http://www.labhstc.ufsc.br/jornada/textos/Maciel%20osvaldo.doc>> Acesso em 20/05/2011.

³⁸ Jornal *Aurora Social*, 3 de dezembro de 1902. Seção Periódicos: Acervo Arquivo Público Estadual

³⁹ COLLIER, 1996. *Op. Cit.*

com Azevedo,

vicentina, certamente, foi a maneira como chamou os operários da Fábrica de Tecidos de Camaragibe: de família. A Sociedade de São Vicente de Paulo nos seus regulamentos considera as pessoas que recebem sua ajuda parte da família vicentina. É aí, em nosso parecer, que reside a razão pela qual Carlos Alberto decide manter um Livro da Família da Fábrica de Tecidos de Camaragibe, uma espécie de diário, e nele apontava os acontecimentos.⁴⁰

Fundada em 1833, por um grupo de jovens universitários da Sorbonne, sob a liderança de Frederico Ozanam, os vicentinos conheceram uma rápida difusão por todo o mundo católico. Orientados pelo lema “vamos aos pobres”, apresentavam como uma de suas principais práticas a visita aos bairros pobres e o atendimento às famílias carentes. Portanto, a caridade constitui marca distintiva da prática dos vicentinos, que a consideram o único meio capaz de aliviar a desgraça do pobre, ao contrário do que era apregoado pelos socialistas.

Em Pernambuco, as Conferências foram introduzidas no auge da controvérsia entre Dom Vital e o Império, que ficou conhecida como “Questão Religiosa”. A primeira conferência foi fundada no Recife, e era dirigida pelo padre lazarista Arsênio Vulleimin.⁴¹ Com relação à participação de Carlos Alberto de Menezes naquela associação para leigos católicos, encontram-se mais informações no livro comemorativo dos 125 anos da presença da Sociedade de São Vicente de Paulo em Pernambuco:

Chegando aqui para tomar posse como Diretor Gerente da Ferro Carril de Pernambuco em 1886, começa a fazer parte da Sociedade de São Vicente de Paulo. Assume interinamente a presidência do Conselho Particular e começa a articulação para criar o Conselho Central. Em 25 de maio de 1887 foi criado o mesmo, sendo ele nomeado presidente. Fundou neste mesmo ano a Comissão de Propaganda e a Obra do Patrocínio, a fim de promover a Sociedade de São Vicente de Paulo em toda a Diocese, que neste momento abrangia quatro estados: Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte.⁴²

Além das obras citadas, Menezes participou ativamente, pouco antes da sua morte, em 1904, da construção do monumento à Virgem, no Morro da Conceição, que

⁴⁰ AZEVEDO, 1996. *Op. Cit.* p. 27.

⁴¹ *Ibidem*, p. 83.

⁴² CORREIA, Adelito Xavier. *A SSVP em Pernambuco: 125 de história (1874-1999)*. Recife:

se tornou um dos mais importantes santuários brasileiros de peregrinação.⁴³

O estímulo à participação comum de patrões e operários como confrades vicentinos, provavelmente contribuiu para reforçar a apropriação, por parte de Menezes, do papel social que estaria reservado aos patrões: o de proteção dos seus operários, como se fosse uma “segunda paternidade”. Sobre tal aspecto, Menezes afirmou, em discurso no Congresso Católico da Bahia, que “a tal respeito não se iludam os industriais católicos: nós temos cargo de almas; nós temos que responder perante Deus por essas almas, como temos de responder pela alma de nossos filhos”.⁴⁴ Esse ponto já era sugerido pela Igreja na *Rerum Novarum*, e poderia ser sumariado, em termos religiosos por meio da expressão “Apostolado dos Patrões”.

No primeiro relatório da Corporação Operária, a representação da “segunda paternidade” é reforçada pela homenagem feita pelos representantes dos operários aos chefes, reconhecidos como “verdadeiros pais”:

E em verdade, antes que tudo, manda a justiça e a gratidão que declaremos que a eles nós devemos tudo quanto temos feito; que eles têm sido nossos pais na acepção mais rigorosa da palavra, porque não nos têm ajudado só, nos têm dirigido, nos têm guiado e continuam a nos dirigir com o maior desvelo e amor.⁴⁵

Além da espiritualidade vicentina, Menezes entrou em contato com a experiência prática de organização cristã do trabalho, em curso no Val de Bois, pertencente ao empresário católico Léon Harmel, que desfrutava de grande reconhecimento junto ao papa Leão XIII.⁴⁶ Em viagem à Europa, em 1892, ficou impressionado com o que presenciou na fábrica francesa e resolveu adaptar tal modelo de gestão industrial na fábrica que construía. Por intermédio de Harmel, conseguiu contatar o fundador da Congregação dos Padres do Sagrado Coração, o padre Léon Dehon, a fim de que dirigissem os serviços religiosos destinados aos futuros operários de Camaragibe, assim como o faziam no Val de Bois.⁴⁷ Era o ponto de partida para a

[s.n.], 1999, p. 61.

⁴³ CORREIA, 1999. *Op. Cit.*

⁴⁴ Primeiro Congresso Católico Brasileiro, 1900 *apud* AZEVEDO. Ação social católica no Brasil. *Op. Cit.*

⁴⁵ Corporação Operária de Camaragibe, 1º Relatório 1901. *Op. Cit.*

⁴⁶ AZEVEDO, 1996. *Op. Cit.*

⁴⁷ Vale acrescentar que, nessa mesma viagem, cumprindo uma incumbência delegada pelo bispo da Diocese de Olinda, Dom João Esberard, Menezes visitou o reitor-mor dos salesianos, o Pe. Miguel Rua, visando a convencê-lo a estabelecer um colégio da sua congregação no Recife, o que efetivamente aconteceu em 1895.

montagem da organização cristã do trabalho na Fábrica de Tecidos de Camaragibe, baseada na moralização dos operários, via catolicismo.

A investigação sobre as origens da presença de um componente moralizador no sistema de fábricas encontra-se indissociavelmente associada à análise, efetuada por Michel Foucault, com relação aos regimes disciplinares⁴⁸. Apesar de não ter dedicado nenhum estudo específico sobre a disciplina nas fábricas modernas, a questão, insinuada em seus estudos, foi depois desenvolvida por alguns de seus seguidores, como Michele Perrot⁴⁹, na França, e Edgar De Decca, no Brasil.⁵⁰

Analisando as origens do sistema de fábricas, Decca recua o seu provável surgimento para o século XVII e acusa a historiografia tradicional sobre a Revolução Industrial de ter reduzido o acontecimento a um mero fenômeno tecnológico, omitindo seu caráter *eminente disciplinador*. A partir dessa perspectiva, Decca defende a existência do sistema fabril em todos os lugares e momentos “onde esteve presente uma intenção de organizar e disciplinar o trabalho através de uma sujeição completa da figura do próprio trabalhador”.⁵¹

No entanto, ao longo do século XIX, esse componente moralizador do sistema de fábrica ultrapassou os limites do ambiente de trabalho, pois a disciplina dentro da fábrica mostrou-se insuficiente para o satisfatório controle dos operários, principalmente devido ao seu maior engajamento em organizações de luta contra suas precárias condições de trabalho, sobretudo através dos sindicatos. Aos patrões somente restou o recurso de também se preocuparem com a vida do trabalhador além dos muros da fábrica.

De acordo com Foucault, intromissões sobre sua organização familiar, seus lazeres e até mesmo sobre seu credo, passaram a fazer parte do conjunto de medidas concernentes ao regime disciplinador em gestação.

A partir do momento em que a capitalização pôs nas mãos da classe popular uma riqueza investida em matérias-primas, máquinas e instrumentos, foi absolutamente necessário proteger esta riqueza. Já que a sociedade industrial exige que a riqueza esteja diretamente não nas mãos não daqueles que a possuem, mas daqueles que permitem a extração do lucro fazendo-a trabalhar,

⁴⁸ FOUCAULT, 2004. *Op. Cit.*

⁴⁹ PERROT, Michelle. *Os excluídos da história*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

⁵⁰ DECCA, Edgar De. *O nascimento das fábricas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

⁵¹ DECCA, 2004. *Op. Cit.* p. 10.

como proteger esta riqueza? Evidente por uma moral rigorosa; daí esta formidável ofensiva de moralização que incidiu sobre a população do século XIX. Veja as formidáveis campanhas de cristianização junto aos operários que tiveram lugar nesta época. Foi absolutamente necessário constituir o povo como um *sujeito moral*, portanto separando-o da delinquência, portanto separando nitidamente o grupo de delinquentes, mostrando-os perigosos não apenas para os ricos, mas também para os pobres, mostrando-os carregados de todos os vícios e responsáveis pelos maiores perigos.⁵²

Em relação às fábricas brasileiras, essa ofensiva moralizadora dos industriais foi analisada na obra de Margareth Rago. De acordo com a historiadora, na passagem para a década de 20, do século XX, foi anunciado o projeto da constituição de uma “fábrica higiênica”, em franca oposição à famigerada “fábrica satânica”, predominante no imaginário proletário e, até mesmo, na visão de alguns patrões “modernos”.⁵³ O novo regime disciplinar fabril estava baseado em um paradigma científico que pretendia racionalizar o processo de produção e transformar o espaço da fábrica em um ambiente asséptico e apolítico.

Entretanto, o trabalho de Rago também sugere que tal investimento moralizador já se vinha manifestando, no Brasil, bem antes da introdução do paradigma científico, apesar de não mencionar suas modalidades. Assim, parece segura a proposição de que, dentre suas possíveis modalidades, nas fábricas brasileiras estava a organização cristã do trabalho, pois a descrição feita pela autora acerca dos objetivos desse projeto moralizador “pré-científico” converge inteiramente com o plano moral em curso na Fábrica de Tecidos de Camaragibe: normatização das atividades do operariado dentro da fábrica e nos horários de não trabalho; esvaziamento dos conteúdos de contestação social; imposição do modelo de família, mulher e criança compatíveis com os interesses das elites; utilização do discurso médico-científico para normatizar o interior dos lares e até mesmo dos corpos.

Fica, então, evidente o caráter impositivo e discriminatório do investimento moralizador sobre os operários e seus familiares. Tal projeto objetivou impedir a possibilidade de sua autoconstrução enquanto classe autônoma, cujos resultados para os patrões seriam imprevisíveis. Naquela reorganização da família operária, as mulheres e

⁵² FOUCAULT, 2002. *Op. Cit.* p. 133.

⁵³ RAGO, 1985. *Op. Cit.*

crianças constituíram os principais objetos em mira, por causa da significativa participação deles no contingente da população fabril brasileira, principalmente nas indústrias têxteis, passando a sofrer pressões para se ajustarem à representação de família do imaginário burguês.

Essa observação é importante, pois permite analisar uma possível convergência entre a representação familiar, de caráter burguês, e a representação católica de família. Na representação da mulher, presente na concepção católica vigente no período da República Velha no Brasil, o papel social desejável para ela correspondia ao ideal “mariano”, ou seja, era o de uma figura materna, devotada à família, assexuada e dotada de uma parcela maior de responsabilidade na missão de desenvolver uma atmosfera de intimidade no lar operário.

Para uma melhor compreensão da aplicação do paradigma disciplinar-religioso na Fábrica de Tecidos de Camaragibe, considera-se importante uma breve análise sobre o contexto vivido pela Igreja Católica no Brasil, na segunda metade do século XIX e início do XX.

A Igreja brasileira procurava reorganizar-se depois do impacto causado pelo decreto de 1890, do recém-instalado regime republicano, que determinou a separação entre o Estado e a Igreja no Brasil. Desde a segunda metade do século XIX, elementos pertencentes ao clero brasileiro se movimentavam no sentido de estreitar os laços entre a Igreja, no Brasil, e a Sé Romana, desencadeando um processo que ficou tradicionalmente denominado de “romanização” ou “reforma da Igreja”.⁵⁴ Essa tentativa de uma maior articulação com a Santa Sé foi favorecida pela própria estratégia empreendida, naquele período, pelo Vaticano, principalmente no pontificado de Pio IX, resultante dos duros revezes sofridos pela instituição desde a Reforma Protestante, e do advento do Iluminismo.⁵⁵

No Brasil, ainda no Império, a Província de Pernambuco constituiu um dos principais cenários de reverberação daquela estratégia. Os episcopados de D. Medeiros, D. Cardoso Ayres e, principalmente, de D. Vital, caracterizaram-se pelo engajamento com a teologia ultramontanista. No caso de Dom Vital, como é amplamente conhecido, o período de seu governo na Diocese de Olinda representou o paroxismo do confronto

⁵⁴ AZZI, Riolando. **A neocrisandade**: um projeto restaurador. São Paulo: Paulus, 1994.

⁵⁵ SILVA, Severino Vicente da. **Entre o Tibre e o Capibaribe**: os limites da Igreja progressista na Arquidiocese de Olinda e Recife. Recife, Editora da UFPE, 2006.

entre regalistas e ultramontanos, o que resultou na eclosão do episódio conhecido como “Questão Religiosa”, em 1872. Depois disso, as relações entre Império e Igreja nunca mais foram as mesmas.⁵⁶

Proclamada a República, a atitude adotada pelos bispos brasileiros, em relação ao novo regime, foi de expectativa. Porém o decreto da separação foi veementemente condenado pela Igreja, pois ele refletia a influência da ideologia positivista no alvorecer da República brasileira.⁵⁷ Em 1890, D. Macedo Costa publicou um documento intitulado *Pontos da Reforma da Igreja do Brasil*, cujo maior objetivo era contribuir para a reformulação do aparelho eclesiástico brasileiro. De acordo com Miranda, “os pontos de reforma assinalados por D. Macedo Costa são como uma súmula do processo de Romanização do Catolicismo Brasileiro”.⁵⁸

Segundo Dom Macedo, os bispos deviam ser

rigorosos na vigilância do clero de modo a curar seus males e recomenda que os poderes ampliem seu campo de atividade pastoral, exortando-os especialmente a se dedicarem à pregação dominical, promoção de festas religiosas, visitas aos hospitais, *criação e direção de conferências vicentinas* e difusão da boa imprensa católica. Sugere, ainda, que os seminaristas recebam um ensino religioso e ortodoxo, visando à preparação do futuro sacerdote ‘exemplar’. Apresenta, ainda, alguns outros meios para a reforma do clero: estimular o estudo da moral, promover excursões espirituais e fazer reuniões mensais do clero.⁵⁹

Dom Macedo estimulava, também, a vinda, da Europa, de congregações religiosas masculinas e femininas, pois a imigração do clero europeu se tornara uma necessidade urgente devido ao lamentável estado em que se encontravam as Ordens Religiosas tradicionais, como os Jesuítas, Franciscanos, Carmelitas e Beneditinos. A conjuntura europeia favoreceu essa migração e diversas congregações cruzaram o Atlântico.⁶⁰ As novas congregações religiosas tiveram uma participação fundamental no projeto de reforma liderado pelos “bispos reformadores”, principalmente ao assumirem uma posição de defesa contra o avanço de outras denominações religiosas, e

⁵⁶ BRANDAO, Sylvana. **Ventre livre, mãe escrava**: a reforma social de 1871 em Pernambuco. Recife: Editora da UFPE, 1996.

⁵⁷ CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

⁵⁸ MIRANDA, Carlos Alberto da Cunha. **Igreja Católica no Brasil**: uma trajetória reformista (1872-1945). Recife, 1988. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Pernambuco.

⁵⁸ *Idem*, p. 21.

⁵⁹ MIRANDA, 1988. *Op. Cit.* p. 20. Grifos dos autores.

trabalharem no sentido de fortalecer um catolicismo de viés tridentino.

Assim, devoções tradicionais no Brasil, como as de Santo Antônio, São José, São Sebastião, Santa Bárbara, São Benedito, além das diversas denominações marianas de origem portuguesa, passaram a ser substituídas, pois como observa Maria Aparecida Gaeta, tais devoções populares eram consideradas demasiadamente associadas ao sincretismo religioso promovido pelos escravos de origem africana, desde o início da colonização e, por isso mesmo, foram “desqualificadas pelos agentes ultramontanos”⁶¹ no final do século XIX.

As congregações e devoções de origem europeia, principalmente a do Sagrado Coração de Jesus, tiveram presença significativa na história da fábrica de Camaragibe, principalmente a Congregação do Sagrado Coração de Jesus, também denominada dehoniana, em referência ao seu fundador. O padre João Leão Dehon foi considerado um missionário da Doutrina Social da Igreja, tornando-se entusiasmado divulgador da *Rerum Novarum*. Esse documento, publicado no dia 15 de maio de 1891, no décimo quarto ano do pontificado de Leão XIII, procurava situar o posicionamento da Igreja Católica com relação à inquietante “questão operária”, ou seja, o “temível conflito” entre capital e trabalho nas sociedades capitalistas modernas.⁶²

De acordo com o pensamento da Igreja, tal confronto se situava em uma questão muito mais ampla e alarmante para a instituição católica: a chamada “questão social”, entendida, nos meios eclesiásticos, como o duplo processo de secularização das instituições governamentais e de descristianização das sociedades humanas.

A orientação da Encíclica, no sentido de se tentar preservar as tradições de um mundo onde a Igreja possuía a primazia das respostas, fica evidenciada, desde o início do documento, uma vez que há nela um tom de condenação do processo de mudanças em curso no mundo desde a eclosão da Revolução Francesa: “*A sede de inovações*, que há muito tempo se apoderou das sociedades e as tem numa agitação febril, devia, tarde ou cedo, passar das regiões da política para a esfera vizinha da economia social”.⁶³

O contexto europeu do final do século XIX contribuía para a manifestação de

⁶⁰ SILVA, 2006. *Op. Cit.*

⁶¹ GAETA, Maria Aparecida Junqueira Veiga. A cultura clerical e a euforia popular. **Revista Brasileira de História**. vol. 17, n. 34, São Paulo, 1997. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01881997000200010>. Acesso em 19 de abril de 2012.

⁶² LEAO XIII, 2002. *Op. Cit.*

⁶³ LEAO XIII, 2002. *Op. Cit.* p. 5. Grifo dos autores.

tais preocupações, pois o cenário era de acirramento da luta de classes nas relações entre o capital e o trabalho. Uma parcela significativa dos trabalhadores reagiu à crescente exploração da sua força de trabalho e deterioração das suas condições de vida; reagiu através de uma maior mobilização em torno dos sindicatos e do aumento no número de ações de enfrentamento ao capital, principalmente por meio do instrumento da greve. O anarquismo e o socialismo eram as principais correntes de pensamento que orientavam a luta daqueles trabalhadores.⁶⁴

A própria Igreja Católica se considerava vítima do processo. O desmoronamento do chamado Antigo Regime havia abalado suas bases de sustentação e, em alguns países europeus, como a França, por exemplo, a hierarquia eclesiástica estava em conflito aberto com as autoridades seculares. Portanto, para a instituição religiosa, o que estava em jogo não era apenas a sorte das massas exploradas, mas também a sua própria, enquanto referencial de poder.

Segundo o papa, o problema era de difícil solução, pois era complicado estabelecer os direitos e deveres que deveriam reger as relações entre operários e patrões; todavia, ele ressaltava que, pelo menos, existiria um consenso em torno da necessidade de auxiliar os membros das classes baixas, que viviam, em sua maioria, “numa situação de infortúnio e de miséria imerecida”.⁶⁵ No entanto, o papa é veemente na afirmação de que a origem do problema não estava relacionada à propriedade privada dos meios de produção, como preconizavam os socialistas. A solução socialista de abolição da propriedade privada e sua entrega para administração do Estado era condenada porque, ao invés de trazer uma solução ao problema, tal medida seria prejudicial ao próprio operário, que ficaria impedido de utilizar seu salário como bem desejasse; além disso, ela o impediria da possibilidade de acumulação de um pequeno patrimônio, mediante suas economias. Acrescente-se que o remédio proposto pelos socialistas estava em flagrante oposição à justiça, “porque a propriedade particular e pessoal é, para o homem, de direito natural”.⁶⁶

O emprego da sanção divina para a legitimação do direito natural do homem à propriedade privada remete à discussão, desenvolvida por Pierre Bourdieu, sobre o chamado “efeito de consagração” exercido pela religião. Segundo ele,

⁶⁴ HOBBSAWM, Eric. *A era dos impérios (1875-1914)*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

⁶⁵ LEAO XIII, 2002. *Op. Cit.* p.6.

⁶⁶ LEAO XIII, 2002. *Op. Cit.* p. 8.

a religião está predisposta a assumir uma função ideológica, função prática e política de *absolutização do relativo e de legitimação do arbitrário*, que só poderá cumprir na medida em que possa suprir uma função lógica e gnosiológica consistente em reforçar a força material ou simbólica possível de ser mobilizada por um grupo ou uma classe, assegurando a legitimação de tudo que define socialmente este grupo e esta classe.⁶⁷

O efeito de consagração realiza-se através de duas modalidades: as chamadas sanções santificantes e o efeito de conhecimento-desconhecimento. Portanto, ao proclamar que a propriedade particular é um direito natural do homem, sancionado por Deus, o papa converteu uma instituição originada na trama da história das sociedades humanas, em uma instituição natural (sanção santificante) e, portanto, sagrada e, assim sendo, por isso mesmo ela não poderia ser questionada, uma vez que fazia parte da ordem divina (conhecimento-desconhecimento).⁶⁸

Aqueles que, como os socialistas, pretendiam sua eliminação assumiam uma atitude de oposição ao sagrado, ou seja, de *profanação* às determinações dos que detinham o “monopólio da gestão do sagrado” e, na visão da Igreja, tal função era própria do clero católico. Daí, a urgência da proteção desse direito sob a dupla jurisdição civil e divina, proibindo-se qualquer tipo de violação às suas bases. A Igreja, assim, legitimava o fator distintivo do homem burguês em relação aos membros de outros grupos sociais: a apropriação privada dos meios de produção. Concomitantemente condenava sua contestação.

Mas, além de injusta, a solução socialista também acarretaria desastrosas consequências para toda a sociedade, como

a perturbação em todas as classes da sociedade, uma odiosa e insuportável servidão para todos os cidadãos, porta aberta a todas as invejas, a todos os descontentamentos, a todas as discórdias; o talento e a habilidade privados dos seus estímulos, e, como consequência necessária, as riquezas estancadas na sua fonte; enfim, em lugar dessa igualdade tão sonhada, a igualdade na nudez, na indigência e na miséria.⁶⁹

Leão XIII invocou a plenitude do direito e da autoridade da Igreja de intervir na questão, considerando, inclusive, impossível o encontro de uma solução eficaz sem o

⁶⁷ BOURDIEU, 2005. *Op. Cit.* p. 46.

⁶⁸ *Idem.*

seu divino concurso. Apesar de reconhecer que o sucesso da sua proposta dependia também do empenho das demais partes envolvidas, caberia à Igreja, como *gestora dos bens espirituais*, a transmissão dos ensinamentos capazes de resolver o conflito, ou pelo menos amenizá-lo, retirando-lhe qualquer caráter violento. Portanto, ao não questionar a divisão social das sociedades humanas, a Igreja pregava a resignação do operário à ordem burguesa que, apenas superficialmente, criticava. Antes, ela legitimava essa dominação.

No entanto, é preciso frisar que Bourdieu não pretende submeter mecanicamente o campo religioso ao serviço dos campos da política e da economia. Antes, procura destacar a vigência de uma autonomia relativa desse campo, que será tanto mais eficaz quanto maior for o grau de especialização daqueles que detêm a função da produção dos bens de trocas simbólicas. Daí, a presença de contradições no discurso da Igreja com relação a determinados aspectos da ordem burguesa, os quais se refletem nas críticas da *Rerum Novarum* à excessiva exploração dos trabalhadores, à precariedade da suas condições de vida e à defesa de importantes reivindicações, como a regulamentação do trabalho infantil e feminino, a regulamentação da jornada de trabalho, o repouso semanal e um salário que atendesse minimamente as suas necessidades. O pontífice chegou a indagar se o pagamento de um salário justo não seria o suficiente para extinguir o confronto entre as duas classes.

No texto da Encíclica, o Estado recebeu um tratamento ambíguo. Ao mesmo tempo em que aparece como uma instituição não natural, porque posterior ao homem e à família, não possuía, portanto, as prerrogativas que lhe permitissem intervir nos direitos legítimos dos homens, como pretendiam os socialistas. Sua importância também era reconhecida ao se considerar sua autoridade como proveniente de Deus, desde que a autoridade seja utilizada para cumprir, e fazer cumprir, a missão de defesa dos direitos naturais dos homens.⁷⁰

Contudo, a grande iniciativa, recomendada pela encíclica, era a formação de corporações operárias.⁷¹ Essas associações apresentariam duas vantagens: primeira, reunir em uma única organização todos os tipos de associações de ajuda aos operários; segunda, serem organizações fundamentadas nos valores do cristianismo. Segundo Leão

⁶⁹ LEAO XIII, 2002. *Op. Cit.* p.13.

⁷⁰ LEAO XIII, 2002. *Op. Cit.*

⁷¹ LEAO XIII, 2002. *Op. Cit.*

XIII, corporações operárias estavam sendo criadas em diversas partes, apresentando-se ora compostas somente por operários, ora mistas, ou seja, reunindo em uma mesma associação patrões e operários, como foi o caso da Corporação Operária de Camaragibe.

A *Rerum Novarum* se tornou o documento balizador da Ação Social Católica no mundo, e foi introduzida, no Brasil, justamente no momento de implantação do projeto romanizador da Igreja. Nesse contexto, a Igreja teria convergido com a elite brasileira em sua estratégia disciplinadora da sociedade brasileira nas diversas instâncias: sexual, familiar, urbanizadora e religiosa. De acordo com Ribeiro, a Igreja, por meio do episcopado, foi condutora do processo de Romanização e assumiu a postura de promotora da ordem e da paz social; no processo, a Igreja era apresentada como a única detentora do remédio capaz de curar os males que impediam a modernização da sociedade brasileira.⁷² Ainda segundo Ribeiro, a Igreja também procurou fornecer a solução para o ‘calcanhar de Aquiles’ do novo regime⁷³: a construção da identidade republicana, através da fórmula “ser brasileiro é ser católico”.⁷⁴

Foi, portanto, na confluência entre os projetos da elite modernizadora e da romanização da Igreja no Brasil, que o operário de Camaragibe, objeto principal da organização cristã do trabalho pensada para aquela fábrica, sofreu uma intervenção peculiar, baseada em um paradigma disciplinar-religioso que visava a sua moralização para corrigir, dentre os seus costumes, os considerados impróprios pelos dois agentes.

Vale destacar o reforço representado pela espiritualidade vicentina, que se coadunava com a teologia ultramontanista, pois, em sua perspectiva, ao leigo estava reservado um papel de subordinação e fidelidade à hierarquia da Igreja, como informa o manual da Sociedade: “nunca olvidaremos que somos leigos, sem missão para ensinar aos outros; devemos, a vista disso, acatar com respeito os conselhos que nos derem e, sobretudo, tomamos docilmente o rumo que nos apontarem nossos superiores eclesiásticos”.⁷⁵ Não foi à toa que uma das primeiras providências de Menezes foi a

⁷² RIBEIRO, Emanuela Sousa. Convergências entre Modernidade e Romanização do Catolicismo no Brasil da Primeira República. In: BRANDAO, Sylvana; MARQUES, Luiz Carlos; CABRAL, Newton (Orgs.). **História das Religiões no Brasil**, vol. 4. Recife: Editora da UFPE, 2006.

⁷³ CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

⁷⁴ RIBEIRO, Emanuela Sousa. **Modernidade no Brasil, Igreja Católica, Identidade Nacional: práticas e estratégias intelectuais (1889-1930)**. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2009.

⁷⁵ Conferência “A Sociedade de São Vicente de Paulo – sua propagação”, pronunciada por Joaquim da Silva Cabral. In: **Anais do Congresso Católico de Pernambuco**, 1902. Acervo Fundaj: Coleção Carlos

contratação de congregações religiosas que pudessem garantir o fornecimento ininterrupto do serviço religioso aos operários da fábrica. Para ele,

não pode haver religião sem a prática dos deveres que ela prescreve, sem a palavra de Deus, e, mais do que tudo, *sem os sacramentos*. Nada disso pode haver *sem o padre*. Em qualquer centro, onde se pretenda realizar o trabalho de cristianização dos operários, o padre é *o agente indispensável*.⁷⁶

A Corporação Operária

De acordo com Menezes, o ápice da organização cristã do trabalho somente foi alcançado em 1900, a partir da fundação da Corporação Operária de Camaragibe. Tal associação foi criada com o objetivo de reunir as diversas associações que, na fábrica, haviam sido fundadas para promover uma melhor coordenação e desenvolvimento do seu plano moral, como se encontra definido no primeiro relatório: “A Corporação é a associação geral, que compreende e centraliza todas as outras, com uma organização preparada para desenvolver em seu seio todas as instituições futuras”.⁷⁷ Essas associações eram de três tipos: econômicas, de recreações e religiosas.

Faziam parte das atribuições pertinentes à Corporação Operária: manutenção da capela e do culto; manutenção das escolas; manutenção do serviço de edilidade e higiene; manutenção do serviço de polícia. Para custear essas diversas e onerosas atribuições, a Corporação contava com as seguintes fontes de receitas: uma contribuição direta na base do desconto do salário do associado (ou seja, todo operário da fábrica); os lucros advindos do consumo na Cooperativa da Corporação; uma fração da arrecadação das multas cobradas pela Companhia por infrações cometidas pelos operários; os dividendos provenientes do rendimento do patrimônio da associação, a exemplo das ações de empresas (como as da própria CIPER), adquiridas com a autorização do Conselho Central; uma contribuição fixa da CIPER. Vale salientar que a expectativa era a de que as fontes de renda não fossem suficientes apenas para fazer frente às despesas da Corporação, mas que elas também possibilitassem a acumulação gradativa de um patrimônio para os associados, nos moldes das antigas Corporações de Ofício.

A organização administrativa da associação apresentava a seguinte

Alberto de Menezes, Série Produção Intelectual, Pasta 01.

⁷⁶ Primeiro Congresso Católico Brasileiro, 1900 *apud* AZEVEDO. *Op. Cit.* p. 42. Grifos dos autores.

configuração: a presidência e a vice-presidência da Corporação Operária cabiam, respectivamente, ao gerente da fábrica e ao seu engenheiro assistente, postos que, na época da sua fundação, eram respectivamente ocupados por Carlos Alberto de Menezes e Pierre Collier. Os operários estavam representados no Conselho Corporativo, composto por um total de vinte membros, dos quais dez eram eleitos pelos operários e dez nomeados pelo gerente. Nesse ponto, é importante observar que, com base na leitura das atas das reuniões, se pôde verificar que não era comum a escolha dos membros eleitos para ocupar os cargos do Conselho Central; eles eram, na maioria das vezes, preenchidos pelos membros nomeados pela gerência. Todos os conselheiros tinham mandado de dois anos, renováveis sem restrições.

Os principais gastos da associação eram com o Socorro Mútuo, as escolas e o serviço religioso, correspondendo a cerca de 80% do total das despesas. Para seu custeio, as principais fontes de arrecadação eram a subvenção da Companhia e a contribuição, em folha, dos operários, que garantiam uma arrecadação regular para tentar cobrir os elevados custos advindos dos serviços prestados pela associação. É importante destacar que os Estatutos da Corporação Operária determinavam a publicação periódica de relatórios sobre o seu funcionamento, o que, inicialmente, ocorria semestralmente;⁷⁸ porém uma resolução tomada na sessão plena, do dia 02 de março de 1904, decidiu pela sua publicação anual e apresentação nas Assembleias Gerais da Corporação, sempre realizadas por ocasião da Festa Patronal, em agosto.⁷⁹ Em tais relatórios, constavam as informações gerais sobre as atividades da Corporação Operária no período: arrecadação e despesa, patrimônio particular acumulado por cada associado e funcionamento dos serviços em geral, o que, sem dúvidas, possibilitava um acompanhamento, por parte dos operários, dos benefícios a que tinham direito.

A fundação da Corporação Operária provocou a reestruturação dos serviços prestados aos operários. As escolas da fábrica, por exemplo, sofreram uma profunda reorganização, pois sua administração foi transferida para as congregações religiosas europeias, contratadas por Menezes em sua segunda viagem à Europa, realizada em 1901. A escola infantil e as escolas femininas (para as meninas, no horário diurno, e

⁷⁷ Corporação Operária de Camaragibe, 1º Relatório 1901. *Op. Cit.* p. 3.

⁷⁸ Esses seis primeiros relatórios da Corporação Operária são importantes fontes para a pesquisa do nosso objeto de estudo, pois não localizamos as Atas das reuniões do Conselho Central E Corporativo anteriores a 1904. **Corporação Operária de Camaragibe. Relatórios. Op. Cit.**

⁷⁹ Sessão Plena do dia 2 de março de 1904. Ata Corporação Operária de Camaragibe. *Op. Cit.*

para as adultas, no noturno) ficaram sob o encargo da Congregação da Sagrada Família.

Já as escolas masculinas (também diurna, para os meninos, e noturna, para os adultos) ficaram sob a responsabilidade da Congregação dos Irmãos Maristas, cujo sistema disciplinar estava em perfeita consonância com o modelo de Camaragibe. Os princípios gerais da educação marista se baseiam na importância da educação e do educador, que deveriam cuidar da disciplina e da vigilância do comportamento do educando: “Para Champagnat a educação seria importante na medida em que formaria o juízo, a vontade e o sentimento cristão da criança, corrigindo seus defeitos e dando-lhe os meios de ganhar a vida”.⁸⁰ Os professores, para atingir tais metas educacionais, precisariam dispor da disciplina “em suas três funções: prevenir, manter e reprimir”, e da vigilância, “grande meio de obter a disciplina”.⁸¹

No entanto, é importante frisar que a reorganização das escolas, principalmente a destinada aos operários adultos, não se restringiu apenas à questão da transferência para a administração das congregações europeias. A direção da fábrica tinha decidido, há algum tempo, não mais admitir novos operários analfabetos, independente do sexo.

Após um ano de acentuada evasão escolar, a gerência decidiu adotar medidas mais enérgicas que obrigassem os operários analfabetos a frequentarem as escolas. Para isso, encaminharam a discussão para apreciação do Conselho Corporativo. De acordo com a ata da sessão de 5 de agosto de 1904,

o Sr. Presidente apresentou para ser discutida a questão da instrução dos operários, pedindo encarecidamente que todos exprimissem com franqueza as suas opiniões, visto como tratava-se de uma questão que a todos interessava.

Que estava definitivamente resolvido a não admitir analfabetos na fábrica salvo, porém, alguns serventes.

Depois de largamente discutidas as opiniões apresentadas, aliás, razoáveis, ficou deliberado que, os homens até 30 anos de idade, senhoras até 25, e crianças de mais de 6, ficassem sujeitos a frequência das escolas, segundo as suas circunstâncias, até completarem o curso exigido, que constará de: leitura, escrita e as 4 primeiras espécies de contas, corretamente ficando isentos desta obrigação aqueles que o souberem, incorrendo em pena de multa, os que não frequentarem as escolas sem motivos justos, e de demissão da fábrica os que se recusarem ao cumprimento

⁸⁰ BARONE, Jessica. Livros didáticos de matemática da editora FTD no cenário brasileiro: as primeiras décadas do século XX. São Paulo: Universidade de Campinas. Dissertação de Mestrado na área de Educação, 2008.

⁸¹ BARONE, 2008. *Op. Cit.* p. 14.

destas disposições.⁸²

As novas determinações relativas à educação dos operários da fábrica foram divulgadas na Assembleia Geral da Corporação Operária de Camaragibe, realizada no dia 28 de agosto de 1904, e publicadas no 7º Relatório da Corporação Operária, com pequenas alterações.⁸³ Além disso, o relatório comunicava os prazos que deveriam ser cumpridos pelos operários analfabetos, que variavam de acordo com suas faixas etárias e sexo, a fim de buscarem a reparação do que era considerado como uma “falta da parte deles”.⁸⁴ Caso não houvesse o cumprimento das metas no prazo preestabelecido, sem justificativa considerada legítima pela direção da fábrica e pelo Conselho Corporativo, o operário seria dispensado do serviço.

Sobre tais disposições, vale salientar dois aspectos importantes. Primeiramente, a menor preocupação com a alfabetização das mulheres, que somente ficavam obrigadas a reparar essa “falta” até os vinte anos e se fossem solteiras, correspondendo ao paradigma vigente, na época, o de que para a mulher mais “velha” e casada, a instrução assumiria uma importância secundária no desempenho da função social que lhe estava reservada. Em segundo lugar, o respaldo de ser uma resolução convergente, cuja deliberação havia sido tomada de comum acordo entre a direção da fábrica e os representantes dos operários, reunidos no Conselho Corporativo.

Assim, as medidas foram apresentadas aos demais operários como sendo necessárias à sua elevação enquanto classe e que, apesar de enérgicas, não teriam sido arbitrárias, pois contavam com o apoio da associação que fora organizada no intuito de promover a melhoria das suas condições de vida:

O Conselho Corporativo, compenetrado da necessidade imperiosa de levantar o nível moral e intelectual da classe para a grande pugna da democracia cristã e fraternal, não podia deixar de lançar mão de meios extremos, depois de esgotados os meios suasórios, para obrigar os companheiros de trabalho a procurar um dos principais elementos de sua ascensão social.⁸⁵

No já citado 7º relatório da Corporação Operária, foram obtidos os números

⁸² Sessão Plena de 5 de agosto de 1904. Ata Corporação Operária de Camaragibe (Conselho Corporativo), 1904. Acervo Fundaj, Coleção Fábrica de Camaragibe, Série Miscelânea, Pasta 03.

⁸³ Corporação Operária de Camaragibe, 7º Relatório 1904, p. 2. Coleção Fábrica de Camaragibe, Série Produção Intelectual, Pasta 11. Acervo Fundaj.

⁸⁴ Corporação Operária de Camaragibe, 7º Relatório 1904. *Op. Cit.* p. 12.

⁸⁵ Corporação Operária de Camaragibe, 7º Relatório 1904. *Op. Cit.* p. 12.

relativos ao analfabetismo na fábrica, discriminados por sexo e idade. Segundo os dados fornecidos, a população da fábrica já atingia, em 1904, a cifra de 1607 pessoas, das quais 723 eram do sexo masculino, e 884, do feminino. Sabiam ler e escrever corretamente, 81; apenas liam e faziam as quatro operações, 117; liam mal, 340; eram analfabetas, 592. Dentre os analfabetos, 187 eram menores de 35, dos quais 135 eram homens e 52 mulheres. Portanto, naquele universo, a porcentagem era de 30,96%.⁸⁶

A precisão e a qualidade dos dados demográficos, organizados pelas comissões da Corporação Operária, revelam o elevado grau de conhecimento estatístico sobre a população operária da fábrica, disponível tanto para a direção quanto para o Conselho Corporativo. Fica evidente que esse conhecimento possibilitava uma maior eficácia de planejamento e ação, por parte das instâncias de poder, ao buscarem o cumprimento das metas estabelecidas, além de permitir um maior controle e vigilância sobre as pessoas, visando a impedir possíveis tentativas de burla das normas prescritas.

A Corporação se comprometia com o fornecimento de livros e roupas aos alunos, principalmente às crianças, embora tomasse cuidado com relação a eventuais abusos. No geral, no período estudado, as escolas apresentaram um funcionamento regular e o seu programa de ensino se adequava ao programa oficial.

A Sociedade Cooperativa foi criada ainda antes da criação da Corporação Operária de Camaragibe, em 1895, sendo uma das primeiras associações do plano moral da fábrica. Seu objetivo era evitar os abusos comumente praticados nos chamados barracões, como indica o próprio relatório da Corporação:

Todos sabem que uma povoação como esta precisa absolutamente de armazéns para o fornecimento de gêneros alimentícios.

A regra geral consiste em tomá-los a si os proprietários e explorá-los, diretamente ou por intermédio de algum contratante.

Na maioria dos casos tal exploração não é justa; os barracões como são geralmente conhecidos, são verdadeiros tiranos, impõem o dever de comprar, impõem o preço, impõem a qualidade dos gêneros, de forma que são odiosos a todos os operários.⁸⁷

Esparsas informações encontradas não permitiram analisar se os preços das

⁸⁶ Corporação Operária de Camaragibe, 7º Relatório 1904. *Op. Cit.* p. 12.

⁸⁷ Corporação Operária de Camaragibe, 1º Relatório 1901. *Op. Cit.*

mercadorias eram mais baixos do que os encontrados nos barracões de outras fábricas. Havia, porém, a vantagem de os operários não estarem obrigados a consumir apenas nos armazéns da Cooperativa. No entanto, a adoção dessa medida estava atrelada a uma contrapartida: o estabelecimento do desconto, em folha, nos salários dos operários, de meio dia de serviço destinado à cooperativa. Entretanto, os relatórios indicam que, apesar do desempenho quase sempre satisfatório, a Cooperativa era alvo de críticas frequentes. No 8º relatório da Corporação, por exemplo, encontra-se o seguinte comentário:

Difícil tem sido e creio que o será sempre fazer desaparecer as queixas e recriminações, muitas vezes infundadas, contra este importante ramo da Corporação, cujas vantagens seriam incontestáveis se fosse bem compreendido. Mas, infelizmente, seus desafetos teimam em negar sua utilidade, persistindo assim em um erro altamente reprovável, procurando a todo transe criar embaraços a sua vida próspera e proveitosa.⁸⁸

Quanto à Sociedade de Socorro Mútuo, ela foi criada simultaneamente à Corporação Operária de Camaragibe, e tinha o objetivo de garantir atendimento médico e farmacêutico aos operários enfermos ou acidentados, além de fornecer auxílio material enquanto estivessem impossibilitados para o trabalho; nos casos de óbito, devia cuidar do sepultamento e da assistência à família do morto. No entanto, vale salientar que o benefício material para os doentes tinha a duração máxima de três meses. O motivo alegado era a fragilidade financeira da associação que, pelo menos no período estudado, apresentou um quadro de déficit crônico. Contudo, estava previsto que, tão logo as condições permitissem, o prazo seria estendido por tempo indeterminado.

É importante lembrar que, naquele período, Pernambuco era frequentemente assolado por epidemias. Um levantamento feito pelo médico sanitário Otávio de Freitas, verificou a incidência de 93 surtos epidêmicos, na segunda metade do século XIX, causados por dez diferentes doenças.

Semanalmente, o Dr. Adolpho Simões Barbosa visitava a fábrica e atendia aos doentes, cujos eventuais casos graves podiam ensejar a condução para o Recife. A Corporação também mantinha uma farmácia. Nos meses que antecediam os de maior incidência da varíola, praticava-se a vacinação regularmente, apesar da resistência de

⁸⁸ Corporação Operária de Camaragibe, 8º Relatório 1905. *Op. Cit.* p. 13.

muitos operários desconfiados de sua eficácia.⁸⁹

A existência de tais cuidados não evitou que se percebesse, como indicam as atas, que muitas decisões tomadas pelo Conselho Central de Camaragibe remetiam a uma prática recorrente entre os detentores de poder decisório sobre as camadas populares e trabalhadoras no Brasil: a imposição de medidas de caráter punitivo e disciplinador, como foi verificado no combate a uma terrível epidemia de varíola, ocorrida em 1905; tais medidas incluíam isolamento, remoção, multa, proibição de acesso à escola, elaboração de estatísticas. Aquelas ações estavam em conformidade com o mesmo paradigma autoritário e elitista que fundamentava o projeto de disciplinamento social em curso na Primeira República.

Identifica-se, em tais medidas, uma correspondência com as práticas enumeradas por Michel Foucault em sua conferência sobre o “Nascimento da medicina social”,⁹⁰ sobretudo ao que o autor chamou de terceira etapa: a medicina da força de trabalho. Nesse aspecto, o modelo de medicina social vigente no período – voltada para a força de trabalho – incorporou-se ao projeto mais amplo do tipo de operário que se almejava plasmar, através da religião católica. Todavia, pelo menos no caso estudado, nem mesmo ele impediu a manifestação de uma rejeição à norma por parte dos operários.⁹¹

Cabia à seção de “Edilidade e higiene” a responsabilidade com a limpeza, arborização e embelezamento da Vila Operária de Camaragibe. O comissário designado para a função tratava de questões como a coleta do lixo, aterros, pavimentação de estradas, construção de latrinas, arborização das ruas, cuidado com os animais de carga e com os animais soltos e, até mesmo, das pichações nas paredes das construções.

Outra seção, a de Distrações, foi composta, inicialmente, pelo Clube Musical, pelo Clube Dramático e pela Sociedade de Tiro ao Alvo, e seu objetivo era a promoção de atividades recreativas moralizadoras entre os operários. Suas ações, além de promoverem a diversão e o lazer dos operários e familiares, deviam contribuir com a inibição de possíveis desvios de comportamento que fossem prejudiciais ao seu trabalho

⁸⁹ Em relação à história da resistência popular à vacinação ver: MIRANDA, Carlos Alberto da Cunha. **A arte de curar nos tempos da Colônia**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2004.; CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.; MONTEIRO, Denise Brito. **A epidemia de varíola e a vacinação obrigatória: repercussões na sociedade recifense no início do século XX**. Recife, Dissertação de Mestrado pela UFPE, 2005.

⁹⁰ FOUCAULT, 2002. *Op. Cit.*

⁹¹ MACHADO, Roberto. **Da(n)ação da norma**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

na fábrica e ao convívio familiar. As associações foram concebidas para uma atuação regular, embora devessem atuar com maior destaque nas ocasiões festivas – as relacionadas aos eventos comemorativos e religiosos da fábrica. No entanto, durante o período estudado, na seção de Distrações, a exceção foi o Clube Musical, uma vez que as demais associações apresentaram atuações inexpressivas e, paulatinamente, desapareceram.

O principal evento do calendário festivo da Fábrica de Camaragibe era a Festa Patronal, celebrada no mês de agosto. Na ocasião, também era realizada a Assembleia Geral da Corporação Operária, na qual era lido e publicado o relatório anual das atividades da associação. O evento visava à promoção do fortalecimento dos laços de união entre patrões e operários.

Evidentemente, em uma fábrica organizada sob moldes cristãos, os eventos religiosos possuíam grande espaço. No Natal, por exemplo, a montagem da árvore tornou-se uma tradição. Na representação de uma fábrica moralizada, onde deveria reinar a harmonia nas relações entre patrões e operários, como em uma grande família, a celebração cristã possuía significativa importância simbólica.

Considera-se importante destacar que, imediatamente após a morte de Menezes, o plano moral de Camaragibe viveu um período de instabilidade. Apesar dos elogios manifestados publicamente para com o trabalho dos religiosos e sobre o caráter subordinado do leigo ao clérigo, ao qual a espiritualidade vicentina se coadunava (além de Menezes, Collier e Luís Correia de Brito também eram vicentinos), contradições entre o laicato e os religiosos não deixaram de ocorrer nas fábricas da CIPER. A correspondência trocada entre os gerentes das fábricas de Goiana, Luís Correia de Brito, e Camaragibe, Pierre Collier, revela que houve uma crise na relação entre os dois agentes da organização cristã do trabalho⁹², envolvendo principalmente os missionários dehonianos. As razões dessas dificuldades parecem ter sido diversas e duradouras. Os atritos e conflitos conduziram, inclusive, à necessidade de elaboração de um contrato entre as partes, mediado pela autoridade do bispo, Dom Luís Raimundo de Brito, por volta de 1906. Correia de Brito chegou, inclusive, a formular a hipótese de que eles teriam sido usados pelos religiosos que queriam ser introduzidos em Pernambuco:

⁹² Cartas de Luís Correia de Brito a Pierre Collier (Dossiê). Coleção Fábrica de Camaragibe, Série Miscelânea, Pasta 06. Companhia Industrial de Pernambuco Acervo Fundaj.

Se estes padres querem contar conosco e com a proteção do Sr. Bispo, é preciso que nós também possamos contar com eles. Se nós servimos apenas de ponte para lhes facilitar a entrada aqui e outras colocações, sem nenhuma consideração por nós, é preciso pôr um termo a esta situação, que vai se tornando intolerável.⁹³

De fato, as atas da Corporação de Camaragibe revelam dificuldades no relacionamento com os padres. Na sessão do dia 28 de junho de 1905, o conselheiro “Fernando Bezerra pediu para lhe ser mostrado o contrato do capelão da corporação, respondendo o Sr. presidente não haver e nem ser possível fazer, não obstante os esforços para isso empregados”.⁹⁴ Fernando, então, queixou-se de que

os padres daqui se recusavam a celebrar, casamentos e batizados, e muitas vezes até a fazerem confissões, e tratarem com grosseria com as pessoas que os procuram para tais fins, o que é aqui por todos conhecido o que pode muito bem dar lugar a alguma cena desagradável e que uma vez que a Corporação paga este serviço é para ser bem servida e não para se darem os casos que se deram ultimamente.⁹⁵

A crise se arrastou por mais dois anos. Assim como fora previsto por Correia de Brito, a assinatura do contrato não solucionou os atritos entre a Companhia e os padres dehonianos, o que provocou a saída dos religiosos da Usina João Alfredo, embora tenham eles decidido permanecer em Camaragibe. Considera-se evidente que o convívio entre os especialistas religiosos e os chefes da CIPER estava longe de constituir um conjunto de relações harmoniosas. As dificuldades de adaptação dos religiosos ao novo país e os constantes atritos, tanto com clero local quanto com o laicato indicam que a reforma da Igreja não se efetuou sem que fosse necessário superar obstáculos e atritos.

Contudo, a instabilidade não se limitou ao especialista religioso. A leitura das Atas do Conselho Central de Camaragibe também sugere uma fase de conflitos envolvendo os membros da Corporação Operária. As reuniões do ano de 1905 foram marcadas por brigas, acusações e insatisfações em relação a assuntos diversos, como o déficit em suas contas, o conflito flagrante entre seus membros, a desconfiança com relação a operações e procedimentos dos comissários e da própria Companhia. Tal

⁹³ Cartas de Luís Correia de Brito a Pierre Collier (Dossiê). *Op. Cit.*

⁹⁴ Ata Corporação Operária de Camaragibe (Conselho Corporativo). Coleção Fábrica de Camaragibe, Série Miscelânea, Pasta 03. Acervo Fundação Joaquim Nabuco. Sessão de 28 de junho de 1905.

⁹⁵ *Ibidem.*

período de turbulência teria durado aproximadamente um ano, embora provavelmente tenha deixado sequelas nas relações entre os conselheiros e na condução da associação. De tal tensão, nem Collier escapou, pois foi criticado pela acumulação dos cargos de presidente e tesoureiro da Corporação, o que o levou a desistir do segundo posto.

A análise das atas sugere a gradativa diminuição dos conflitos a partir do segundo semestre de 1906, embora tensões e divergências continuassem a eventualmente acontecer. As razões que possibilitaram a diminuição das tensões somente podem ser conjecturadas. Levanta-se a suposição de ela se dever ao fortalecimento da autoridade de Collier no comando da fábrica, o que pode ser comprovado pelo crescimento de sua importância na condução da Ação Social Católica, em Pernambuco. Em uma fábrica nos moldes de Camaragibe, em que o Apostolado dos Patrões enfatizava a representação de uma “segunda paternidade” por parte dos chefes, a confiança depositada no gerente e presidente da Corporação, e o respeito pela sua autoridade eram necessários para a viabilização do projeto disciplinar-religioso.

Considerações finais

A investigação sobre o plano moral de Camaragibe permitiu identificar um espaço submetido a uma rigorosa disciplina que se manifestava tanto dentro quanto fora do ambiente de trabalho. Identificou-se um desequilíbrio na representatividade dos operários no Conselho Central, pois os chefes, além de acumularem a presidência e a vice da Corporação, e usufruírem das prerrogativas oriundas daqueles cargos, também possuíam o direito de nomear dez conselheiros que, como visto acima, geralmente eram escolhidos pelo gerente para comporem os cargos de direção das comissões do Conselho Central e das associações a ela federadas, como a Sociedade Cooperativa e a do Socorro Mútuo, o que, sem dúvidas, constituía uma limitação quanto à representação dos operários na associação comum que lhes devia beneficiar. A observada concentração de poderes pode ser explicada com base na própria origem da associação, nascida como uma obra de benemerência do Apostolado dos Patrões.

No entanto, a viabilização de tal plano industrial dependia da colaboração permanente do especialista religioso – o padre. Congregações de origem europeia foram contratadas para assumir a direção dos serviços religiosos e das escolas da fábrica, em

um contexto de reorganização da Igreja Católica no Brasil, onde a instituição procurava se apresentar como a religião da moderna elite brasileira e, em decorrência, como fiel colaboradora do projeto de disciplinamento social de uma população considerada ignorante e incivilizada. A Corporação Operária de Camaragibe representava, então, uma tentativa de adequação dos operários ao modelo disciplinador-religioso nascido daquela convergência de projetos.

Apesar disso, a análise das Atas da Corporação Operária permitiu a identificação de uma situação ambígua: se, por um lado, a associação constituiu, indubitavelmente, um instrumento disciplinador utilizado pelos patrões em seu interesse, permitindo-lhe concentrar o poder decisório e inibir iniciativas reivindicatórias mais radicais, por outro lado, ficou também evidente que, pelo menos em relação ao período estudado, a Corporação Operária não constituiu, em nenhum momento, um mero órgão ratificador das posições e interesses dos chefes. Mesmo porque, vale salientar, na concepção da organização de trabalho cristão o sofrimento e a miséria do operário deviam ser eliminados, tanto por um dever de caridade cristã quanto por causa do risco da sua revolta.

Portanto, discorda-se da adoção de duas abordagens igualmente reducionistas em relação à experiência da Fábrica de Camaragibe: primeira, a de uma perspectiva idílica quanto a uma associação mista, na qual patrões e operários estivessem igualmente representados e em um mesmo patamar de direitos e deveres, o que contrariaria o próprio princípio da “desigualdade como elemento natural e positivo” das sociedades humanas, sustentado pela Igreja Católica na *Rerum Novarum*; segunda, a representação de uma Corporação reduzida a mero instrumento de manipulação dos operários pelos patrões também não encontra respaldo nas fontes consultadas. As atas revelam que os conselheiros debateram, disputaram cargos, brigaram, trocaram acusações, pediram desligamento da Corporação e, até mesmo, cometeram delitos⁹⁶, comprovando que a Corporação Operária ficou longe de constituir um espaço monolítico.

É importante também salientar que, diferentemente das condições vigentes na maioria das fábricas de Pernambuco, e mesmo do Brasil, a organização cristã do trabalho implementada em Camaragibe garantiu aos operários o acesso a serviços

⁹⁶ Sessão Extraordinária de 29 de agosto de 1908. *Op. Cit.* Trata-se do desfalque no caixa da corporação

importantes como escolas, atendimento médico, remédios e previdência. Embora pudessem apresentar falhas em sua execução, tais serviços eram inexistentes na maioria das fábricas de Pernambuco. Uma prova disso, era a procura, por pessoas estranhas à fábrica, do atendimento dos serviços por ela oferecidos e, até mesmo, as tentativas de burlar as regras estabelecidas para se poder a eles ter acesso.

Em 1908, a Corporação foi reorganizada, sob o nome de Sindicato Profissional de Camaragibe, e seus Estatutos foram adaptados à Lei dos Sindicatos Profissionais, aprovada em 1907, cuja elaboração contou com significativa colaboração de Menezes. “Este aspecto permite o combate a eventuais interpretações que afirmem ter sido a sua atuação, sobretudo, uma tentativa de contenção de possíveis reivindicações por parte dos operários”.⁹⁷

A análise das repercussões da Reforma dos Estatutos na organização e funcionamento da associação depende da localização de fontes de pesquisa que continuem a contar a história daquela significativa experiência histórica, pois foram encontradas informações sobre a existência da organização cristã do trabalho pelo menos até o ano de 1948. A Fábrica de Tecidos de Camaragibe, por sua vez, funcionou até 2001, embora sob a direção de novos proprietários.

Referências

AZEVEDO, Ferdinand. **Ação social católica no Brasil: corporativismo e sindicalismo**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

AZZI, Riolando. **A neocristandade: um projeto restaurador**. São Paulo: Paulus, 1994.

BARONE, Jessica. **Livros didáticos de matemática da editora FTD no cenário brasileiro: as primeiras décadas do século XX**. São Paulo: Universidade de Campinas. Dissertação de Mestrado na área de Educação, 2008.

BORDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BRANDAO, Sylvana. **Ventre livre, mãe escrava: a reforma social de 1871 em Pernambuco**. Recife: Editora da UFPE, 1996.

CABRAL, Newton Darwin de Andrade. Reflexões sobre o trabalho dos operários: a atuação do empresário católico Carlos Alberto de Menezes. In: MONTENEGRO, Antonio Torres; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz; ACIOLI, Vera Lúcia Costa (Orgs.). **História, cultura, trabalho: questões da contemporaneidade**. Recife: Editora da UFPE, 2011. p. 291-303.

praticado pelo seu tesoureiro, Ananias de Almeida.

⁹⁷ CABRAL, Newton Darwin de Andrade. Reflexões sobre o trabalho dos operários: a atuação do empresário católico Carlos Alberto de Menezes. In: MONTENEGRO, Antonio Torres; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz; ACIOLI, Vera Lúcia Costa (Orgs.). **História, cultura, trabalho: questões da contemporaneidade**. Recife: Editora da UFPE, 2011. p.302.

- CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- _____. **Os bestializados**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- COLLIER, Eduardo. **Carlos Alberto de Menezes**: pioneirismo sindical e cristianismo. Recife: Digital Graph ed., 1996.
- CORREIA, Adelito Xavier. **A SSVP em Pernambuco**: 125 de história (1874-1999). Recife: [s.n.], 1999.
- DECCA, Edgar De. **O nascimento das fábricas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- EISENBERG, Peter. **Modernização sem mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- _____. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 2008.
- GIROLETTI, Domingos. **Fábrica, convento e disciplina**. Brasília: UnB, 2002.
- HOBBSBAWM, Eric. **A era dos impérios (1875-1914)**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- LEÃO XIII. **Rerum Novarum**. Carta Encíclica sobre a condição dos operários. São Paulo: Loyola, 2002.
- LOPES, José Sérgio Leite. **A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés**. Brasília: Marco Zero Editora, 1988.
- MACHADO, Roberto. **Da(n)ação da norma**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- MELLO, Evaldo Cabral de. **O Norte agrário e o Império (1871-1889)**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
- MIRANDA, Carlos Alberto da Cunha. **Igreja Católica no Brasil**: uma trajetória reformista (1872-1945). Recife, 1988. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Pernambuco.
- PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar. São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- RIBEIRO, Emanuela Sousa. Convergências entre modernidade e romanização do Catolicismo no Brasil da Primeira República. In: BRANDAO, Sylvana; MARQUES, Luiz Carlos; CABRAL, Newton (Orgs.). **História das religiões no Brasil**, vol. 4. Recife: Editora da UFPE, 2006. p. 257-289.
- _____. **Modernidade no Brasil, Igreja Católica, Identidade Nacional**: práticas e estratégias intelectuais (1889-1930). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2009.
- RIBEIRO, Maria Alice Rosa. **Condições de trabalho na indústria têxtil paulista (1870-1930)**. São Paulo: Hucitec; Campinas: Editora da Unicamp, 1988.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- SILVA, Severino Vicente da. **Entre o Tibre e o Capibaribe**: os limites da Igreja

progressista na Arquidiocese de Olinda e Recife. Recife: Editora da UFPE, 2006.
Endereços eletrônicos

GAETA, Maria Aparecida Junqueira Veiga. A cultura clerical e a euforia popular. **Revista Brasileira de História**. vol. 17, n. 34, São Paulo, 1997. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01881997000200010>. Acesso em 19 de abril de 2012.

MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. “**Apóstolos do socialismo**: a religião no discurso socialista em Maceió no início do século XX”. Disponível em <<http://www.labhstc.ufsc.br/jornada/textos/Maciel%20osvaldo.doc>> Acesso em 20 de maio de 2011.

Artigo recebido em Novembro de 2012

Artigo aceito para publicação em Novembro de 2012